



OF/CTL/CC nº 127/2010

I - Protocolo nº

II - ANEXO OFS. 217/10-67 e
COE/CC 2076/10
Curitiba, 06 de julho de 2010III - À D.A. PARA AUSENTE DELEGADO
INCLUIR NO EXPEDIENTE

Senhor Presidente,

IV - ENCAMIHE-SE À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA - CCT, PARA APROVAÇÃO DA
LEGISLATIVA. 06/07/2010

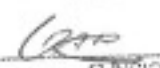
Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 120/10 - DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 127/2010, por considerá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

O autógrafo tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a alterar a denominação e os fins sociais da ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE S.A. - FERROESTE, criada pela Lei nº 9.892, de 31 de dezembro de 1991, que passa a denominar-se FERROVIA DA INTEGRAÇÃO DO SUL - FERROSUL S.A., modificando-se, em consequência, todas as decorrentes citações contidas na referida Lei e na Lei Complementar 76, de 21 de dezembro de 1995, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 79, de 02 de dezembro de 1996, autorizar que o referido órgão permita a participação acionária dos Estados do Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, assim como também pretende que a FERROSUL S.A. - diversifique as atividades, sendo uma delas, a exploração comercial das vias e terminais ferroviários e sistemas logísticos nas fronteiras e limites entre Estados e Territórios.

Em que pese, a proposta ter sido apresentada pelo Poder Executivo a essa Casa, o Projeto de Lei aprovado é inconstitucional, tendo-se em vista que a alínea "d" do inciso XII do artigo 21 da Carta da República, assevera que a competência é da União para legislar sobre o tema, especialmente sobre a exploração dos serviços de transporte ferroviário que transponha os limites dos Estados. Vejamos o texto constitucional:

Art. 21. Compete à União:

XII - explorar, diretamente ou mediante
autorização, concessão ou permissão:d) os serviços de transporte ferroviário e
aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras
nacionais, ou que transponham os limites de
Estado ou Território.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 13260
EM 16/08/10

FUNÇÃOÁRIO

Excelentíssimo Senhor
Deputado NELSON JUSTUS
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot. nº 7.758.752-7





Ademais, quando se trata de exploração que transponham os limites de Estados Federados ou de Territórios, as regras são ditadas também pela União, restando evidenciado que o Projeto de Lei fere a Constituição Federal do Brasil de 1988.

A Procuradoria Geral do Estado do Paraná manifestou-se, em despacho nº 415/2010 – PGE, dizendo que: "IV. De fato, verifica-se incongruência entre o conteúdo das sugestões do Grupo de Trabalho instituído pela Resolução Codesul nº 1.042/09 e o Projeto de Lei, eis que daquela constou que a participação dos Estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul seria igualitária na FERROSUL, enquanto que o Projeto de Lei nº 127/10 apenas autoriza a alteração da denominação da FERROESTE, a permissão da participação acionária dos Estados da Codesul na FERROESTE e altera o artigo 3º da Lei nº 9.892/91. Nada dispõe referido projeto sobre a viabilização desta participação igualitária."

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

ORLANDO PESSUTI
GOVERNADOR DO ESTADO

CASA CIVIL



Palácio das Araucárias – Curitiba, 3 de setembro de 2010
OF CEE/CC 2076/10

Protocolo n.º 10.620.715-1

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que o Excelentíssimo Senhor Governador enviou a essa Assembléia Legislativa do Estado, por meio do OF/CTL/CC n.º 127/10, de 06/07, em anexo, as razões do veto ao Projeto de Lei 127/10, por considerar a medida inconstitucional.

Entretanto, Senhor Presidente, Vossa Excelência não conheceu as razões do veto por entender que são intempestivas.

A esse respeito, temos a considerar o seguinte.

A Constituição do Estado do Paraná, acerca do tema, traça o entendimento que segue, em seu art. 71 e §§. Vejamos:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1.º Se o Governador julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto.

§ 2.º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

§ 3.º Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, o silêncio do Governador importará em sanção.

§ 4.º O veto será apreciado em sessão única, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados.

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado NELSON JUSTUS
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/(JM)/JC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2400 Fax: 41 3252 2381 / 3254 7345 / 3254 4299



CASA CIVIL

Cont. OF CEE/CC 2076/10

fl.02

§ 5.º Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Governador do Estado.

§ 6.º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4.º, que não flui durante o recesso parlamentar, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, suspendendo-se as demais proposições, até a sua votação final.

§ 7.º Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Governador do Estado, nos casos dos §§ 3.º e 5.º, o Presidente da Assembleia Legislativa a promulgará; e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

Primeiramente, pode-se afirmar que, se decorridos os quinze dias, sem a manifestação pelo veto ou sanção ao Projeto de Lei, por parte do Governador do Estado, considerar-se-á sancionado. Inteligência do § 3.º do art. 71 da Constituição Estadual.

Entretanto, esse Poder Legislativo assim não entendeu, tanto que nenhuma medida foi tomada para considerar que o Projeto de Lei deveria ser convertido em lei, mesmo transcorrido o prazo constitucional. **A intempestividade também é deflagrada no âmbito da Assembleia Legislativa.**

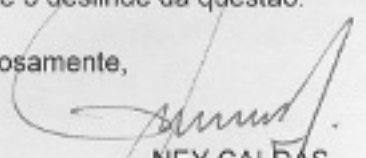
Destarte, pode Vossa Excelência conhecer das razões de veto enviadas a esse Poder e com fulcro no § 7.º acima citado, assim como nos termos do art. 213 e seus parágrafos, do Regimento Interno dessa Casa, **visto que a intempestividade ocorreu também dessa parte, por não promulgar a lei, como a Carta Estadual.**

Nesse sentido, o STF entendeu:

Na dúvida se está ou não dentro do prazo do veto aposto pelo Poder Executivo, dever-se-á decidir em sentido afirmativo, porque assim se presume entender melhor a perfeição da lei, o que é do interesse de todos (STF – Pleno – RMS n.º 2.920/55 – Rel. Min. Mário Guimarães, Informativo STF, n.º 219/181).

Com isso, as razões de veto ao Projeto de Lei 127/2010, seguem para a apreciação das Comissões competentes para pareceres conclusivos e, em seguida, ao Plenário, que decidirá sobre o deslinde da questão.

Atenciosamente,


NEY CALDAS
Chefe da Casa Civil



OF/CTL/CC nº 127/2010

Curitiba, 06 de julho de 2010

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 120/10 – DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 127/2010, por considerá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

O autógrafo tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a alterar a denominação e os fins sociais da ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE S.A. - FERROESTE, criada pela Lei nº 9.892, de 31 de dezembro de 1991, que passa a denominar-se FERROVIA DA INTEGRAÇÃO DO SUL – FERROSUL S.A, modificando-se, em consequência, todas as decorrentes citações contidas na referida Lei e na Lei Complementar 76, de 21 de dezembro de 1995, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 79, de 02 de dezembro de 1996, **autorizar que o referido órgão permita a participação acionária dos Estados do Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, assim como também pretende que a FERROSUL S.A. - diversifique as atividades, sendo uma delas, a exploração comercial das vias e terminais ferroviários e sistemas logísticos nas fronteiras e limites entre Estados e Territórios.**

Em que pese, a proposta ter sido apresentada pelo Poder Executivo a essa Casa, o Projeto de Lei aprovado é inconstitucional, tendo-se em vista que a alínea "d" do inciso XII do artigo 21 da Carta da República, assevera que a competência é da União para legislar sobre o tema, especialmente sobre a exploração dos serviços de transporte ferroviário que transponha os limites dos Estados. Vejamos o texto constitucional:

Art. 21. Compete à União:

*XII - explorar, diretamente ou mediante
autorização, concessão ou permissão:*

*d) os serviços de transporte ferroviário e
aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras
nacionais, ou que transponham os limites de
Estado ou Território.*

Excelentíssimo Senhor
Deputado NELSON JUSTUS
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot. nº 7.758.752-7



Ademais, quando se trata de exploração que transponham os limites de Estados Federados ou de Territórios, as regras são ditadas também pela União, restando evidenciado que o Projeto de Lei fere a Constituição Federal do Brasil de 1988.

A Procuradoria Geral do Estado do Paraná manifestou-se, em despacho nº 415/2010 – PGE, dizendo que: “IV. De fato, verifica-se incongruência entre o conteúdo das sugestões do Grupo de Trabalho instituído pela Resolução Codesul nº 1.042/09 e o Projeto de Lei, eis que daquela constou que a participação dos Estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul seria igualitária na FERROSUL, enquanto que o Projeto de Lei nº 127/10 apenas autoriza a alteração da denominação da FERROESTE, a permissão da participação acionária dos Estados da Codesul na FERROESTE e altera o artigo 3º da Lei nº 9.892/91. Nada dispõe referido projeto sobre a viabilização desta participação igualitária.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

ORLANDO PESSUTI
GOVERNADOR DO ESTADO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 041/10

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 041/10

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO 127/10

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº127/10 de autoria do Poder Executivo, que constitui a Ferrovia da Integração do Sul – FERROSUL S/A, com o propósito de, sob controle público, planejar, construir e operar ferrovias e sistemas logísticos no Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei nº 127/10, de autoria do Poder Executivo que, constitui a Ferrovia da Integração Social – FERROSUL S/A, com o propósito de, sob controle público, planejar, construir e operar ferrovias e sistemas logísticos no Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado, que considerou o Projeto de Lei inconstitucional.

FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

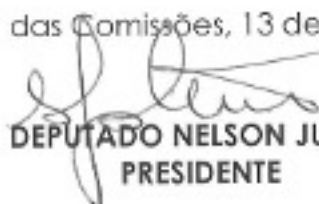
§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.


CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO
RELATOR


Cesar
Silvestri
relator



Projeto de Lei nº 127/10
(Autoria do Poder Executivo)

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar a denominação e os fins sociais da ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE S.A – FERROESTE, criada pela Lei nº 9.892, de 31 de dezembro de 1991, que passa a denominar-se FERROVIA DA INTEGRAÇÃO DO SUL – FERROSUL S.A, modificando-se, em consequência, todas as decorrentes citações contidas na referida Lei e na Lei Complementar 76, de 21 de dezembro de 1995, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 79, de 02 de dezembro de 1996.

Art. 2º Fica a FERROESTE autorizada a permitir a participação acionária dos Estados do Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como celebrar acordo de acionistas para a finalidade de assegurar a participação das referidas unidades federativas nos órgãos de administração e fiscalização da Empresa.

Art. 3º O artigo 3º da Lei 9.892/91 que passa a vigorar com a nova redação e acresce parágrafo único ao referido artigo.

“Art. 3º O ramo de atividade da Ferrovia da Integração do Sul – FERROSUL S.A será de planejamento, construção, operação, administração, e exploração comercial de vias ferroviárias, terminais ferroviários e sistemas logísticos nacionais, de silos e sistemas de armazenagem de produtos agrícolas, minerais e industriais em geral, bem como transporte regular de passageiros e turístico, mediante concessão ou autorização de autoridade competente.

Parágrafo único. Mediante acordos internacionais, a FERROSUL S.A poderá, com exclusividade ou em associação com outras empresas nacionais, de outros países ou internacionais, exercer o seu ramo de atividade em outros países, bem como associar-se a empresas de outros países ou internacionais em território brasileiro”.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 127/10 – fls. 02.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 09 de junho de 2010.



NELSON JUSTUS
Presidente



ALEXANDRE CURI
1º Secretário



VALDIR ROSSONI
2º Secretário



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 04 JUL. 2011

Mauro
1º Secretário

Senhor Presidente,

A DAP foi lida em ex-
pediente.

A DL foi encaminhada
em 04. julho 2011

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 050/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 062/2011, por considerá-lo inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 062/11, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, versa sobre a inserção de textos referentes aos direitos da criança e do adolescente em impressos emitidos pelos órgãos públicos estaduais.

Primeiramente, vejamos o que dispõe a Constituição Estadual em seu artigo 66, IV:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Ademais, vejamos o disposto no artigo 2º da Constituição Federal:

Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Isto posto, constata-se que o presente Projeto de Lei vem em descompasso com o princípio da harmonia dos poderes estabelecidos na Constituição Federal, vez que o Poder Legislativo não possui competência para tal propositura, no que tange as atribuições de órgãos da Administração Pública, cabendo única e exclusivamente ao Executivo, na pessoa do Governador do Estado, consoante artigos supracitados.

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot.º 11.102.752-8



Partindo deste pressuposto, verifica-se que o presente Projeto de Lei apresenta evidente inconstitucionalidade formal, haja vista que a ilustre Deputada não possui competência para propor a presente medida, vez que esta é de competência privativa do Governador do Estado.

Feita esta constatação, é insofismável a relevância social do tema em tela, sendo louvável a iniciativa da ilustre Deputada Mara Lima, pela preocupação com as crianças e adolescentes.

Entretanto, em que pese a inconstitucionalidade supracitada, é incontestável que medidas dessa natureza, tal qual a obrigatoriedade da inclusão de frases ou textos, referentes aos direitos da criança e do adolescente, nos impressos emitidos por órgãos públicos, indubitavelmente irão gerar despesas extras aos órgãos, sendo que muitos deverão mudar toda rotina já prevista e orçada, ao contrário do que justifica a proponente.

Outrossim, vejamos o que preceitua o artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal:


Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

Compulsando o presente Projeto de Lei, constata-se que não há qualquer menção, ou demonstração do real impacto econômico/financeiro necessário para a inclusão das frases ou textos nos impressos emitidos pelos órgãos públicos, o que por si só inviabiliza o Projeto de Lei.

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 017/11

Proposição de veto nº 017/11
Autor: Poder Executivo – Ofício nº 1602/11

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei nº 062/11, de autoria da deputada Cantara Mara Lima que, dispõe Sobre a inserção de textos referentes aos direitos da criança e do adolescente em impressos emitidos pelos órgãos públicos estaduais, tendo em vista vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo inconstitucional.

EMBASAMENTO JURÍDICO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no art. 33, § 2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado do Paraná quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-la, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**ao Presidente da Assembléia Legislativa os
motivos do veto. (...)**


Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 062/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 09 de junho de 2011, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 017/11, foi encaminhada junto à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná na data de 04 de julho de 2011, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO


Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se favorável ao encaminhamento do presente voto ao plenário.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Projeto de Lei nº 062/11

(Autoria da Deputada Cantora Mara Lima)

Dispõe sobre a inserção de textos referentes aos direitos da criança e do adolescente em impressos emitidos pelos órgãos públicos estaduais.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

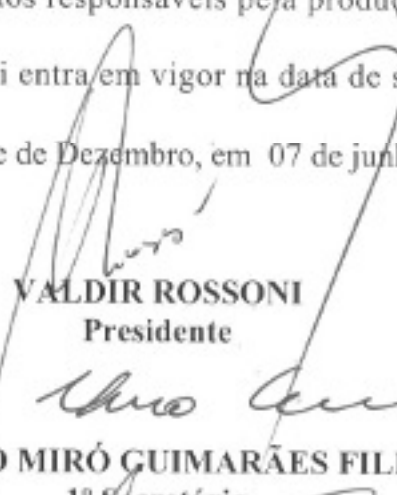
Art. 1º Nos impressos emitidos pelos órgãos públicos estaduais deverão constar frases ou textos referentes aos direitos da criança e do adolescente, extraídos ou concernentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no *caput* deste artigo, entende-se por impressos: multas, notificações, impostos, taxas, contribuições de melhorias e todos aqueles destinados à comunicação social através de divulgação das ações de governo e de utilidade pública.

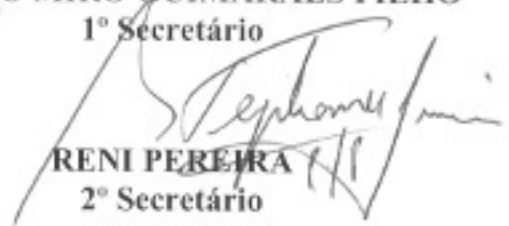
Art. 2º A forma de inserção das frases ou textos nos impressos será determinada pelos órgãos responsáveis pela produção do material.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 07 de junho de 2011.


VALDIR ROSSONI
Presidente


PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


RENI PEREIRA
2º Secretário